

Cautela com a 'visão Ronald Reagan'

Rubens Penha Cysne



A discussão macroeconômica atual traz consigo, vez ou outra, um pouco da "Visão Ronald Reagan". O ex-presidente americano, como se sabe, indagou ao povo americano, ao concorrer com Jimmy Carter nas eleições americanas de 1980: "Você está melhor agora do que a alguns anos atrás?"

Seu objetivo, evidentemente, era receber um sonoro "não", de forma a incentivar mudanças e sua candidatura à presidência, derrotando Carter, então presidente e tentando se reeleger. Conseguiu.

A pergunta de Ronald Reagan é retórica, daquelas que um político afeto a esse ofício (o que, como se sabe, não era o caso de Jimmy Carter) em geral responderia com outra pergunta. A indagação privilegia em demasia a comparação apenas com o passado. Ao fazer isso, passa a sofrer de dois males potenciais.

Primeiro, exclui da análise o contrafactual. Claro que comparar a situação presente com "o que poderia ter sido" depende da

cabeca de cada um. Mas o contrafactual pode ser ao menos aproximado. Por exemplo, através da comparação com a evolução de economias congêneres durante o mesmo espaço de tempo. "Você melhorou mais do que melhoraram os habitantes das economias assemelhadas à sua?" traduz uma colocação alternativa à de Reagan, em geral, mais profícua à instrução da reflexão.

Um segundo problema é que a pergunta de Reagan pode, em alguns casos, sofrer do chamado "mal do segundo andar". Mal do segundo andar é quando alguém caíndo de um prédio menciona, ao passar pela janela do segundo andar: "até aqui tudo bem".

Um exemplo clássico desse mal é aquele dado pela Alemanha nazista, após se recuperar da recessão de 1930, mas ainda antes da Segunda Guerra Mundial. É sabido que naquele momento usufruía-se da agradável brisa dada pela queda do desemprego. Passava-se pelo segundo andar. O fatídico encontro com o solo estava ainda por vir.

O Brasil não está caíndo de um prédio. Mas brinca de ciranda próximo ao parapeito. Não há espaço para comemorações que reduzam, por um segundo que seja, os necessários incentivos à ação geradora de fortes mudanças.

Primeiro, porque a retomada atual decorre principalmente do ciclo econômico. Sabe-se que não há necessidade que sempre dure. Os estoques caem e os bens de capital se depreciam, gerando um reaquecimento automático da economia.

Segundo, agrava-se dia a dia o problema fiscal. A visão macroeconômica não deve sugerir folgas em função de cenários fiscais um ano à frente, em particular quando baseados em contabilidade de caixa. Na análise fiscal, é a contabilidade determinada pelo fato gerador (competência) que deve ser utilizada. E essa vai muito mal, bastando para isso considerar o passivo previdenciário da União, estados e municípios. Ou os investimentos públicos necessários e postergados.

Enquanto há crédito externo, a junção de câmbio flexível com leniência fiscal o alarme sinalizador de crise adém do desemprego. Apenas nas instâncias finais da crise atinge variáveis de cunho mais financeiro. E o desemprego, ainda que em queda, permanece soando um alto alarme. Os números do IBGE apontam 12,3 milhões de pessoas em busca de emprego ao final de 2017.

Quem sugere que a inexistência de crise financeira após o abandono da tentativa de reformar a Previdência é sinal de que teria havido alimismo dá a impressão de se situar ainda no mecanismo de câmbio fixo e das maxidesvalorizações do último quarto do século passado.

O bônus atual traduzido por uma queda momentânea da diferença entre o juro real básico e o crescimento esperado do PIB foi obtido às custas de um elevadíssimo custo fiscal. Não dá para repetir a dose. O excesso da taxa básica de juros reais sobre o crescimento do PIB, por exem-

plu, situou-se na média em torno de 7,9% entre (final de) junho de 2016 e dezembro de 2017. Na visão de alguns, maior do que o recomendável. A consequência, como se sabe, foi uma elevação da razão dívida bruta / PIB de 68,7% para 74,0% do PIB no mesmo período.

Os entraves que nos afastam de um círculo virtuoso de crescimento são de fácil identificação e podem ser removidos

O custo no atraso no equacionamento da questão fiscal em meados de 2016 girou em torno de 0,46% do PIB, situando-se dentro do previsto¹. Esse elevadíssimo custo reflete a diferença entre a queda nos gastos primários (ou elevação das receitas primárias) necessária para zerar a evolução da relação dívida pública / PIB em dois períodos distintos no tempo (no caso, dezembro de 2017 e junho de 2016).

Por fim, o futuro projetado embute graves problemas a serem resolvidos. O cumprimento da Emenda de Teto dos Gastos a partir de 2019, por exemplo, deverá requerer cortes adicionais em áreas básicas que poderão implicar em graves crises sociais determinadas pela desassistência do governo a áreas precípuas de sua atuação, como segurança pública e saúde. Além da ameaça de desmonte institucional na área de educação e pesquisa.

Se, por outro lado, a Emenda não for cumprida, geram-se da mesma forma crises em setores específicos, em função das salvaguardas estipuladas. Ocorrerão as perdas de eficiência usuais associadas a restrições fiscais que não se dão ao trabalho de diferenciar entre gastos mais importantes e gastos menos importantes. Modificar a Emenda do Teto, por outro lado, gerará forte perda de credibilidade e gasto de capital político.

Do ponto de vista econômico, os entraves que nos afastam de um círculo virtuoso de crescimento sustentado são de fácil identificação e podem, em teoria, ser removidos antes de uma crise maior.

Do ponto de vista político, a grande dificuldade não é querer dividir o bolo (PIB) em partes que somam mais do que o todo. Isso é comum a quase todos os países. O que diferencia o Brasil no momento e impede sua pronta recuperação é a sua baixíssima capacidade de arbitrar adequada tal divisão.

1. *Com respeito ao detalhamento do cálculo e aos cenários previstos em 2016 o leitor pode consultar Cysne, Rubens P. e Gomes, C. Thadeu de F. "O custo do atraso no equacionamento da questão fiscal". Revista de Economia Política, 37, n. 4 (149), p. 704-718, out./dez. 2017.*

Rubens Penha Cysne é professor da FGV/EPGE. Esse artigo manifesta as opiniões do autor, não representando necessariamente as opiniões da FGV.